

SEMINÁRIO CRISE ECONÔMICA MUNDIAL E A CONJUNTURA POLÍTICA E SOCIAL NA AMÉRICA LATINA – IMPACTOS NA SAÚDE

CEBES – ABRASCO – ABRES – REDE UNIDA – AMPASA – CRIOLA – ALAMES

BELEM DO PARÁ – 30 E 31 DE JANEIRO DE 2009

RELATÓRIO

Reunidos no Seminário “Crise Econômica Mundial e a Conjuntura Política e Social na América latina – Impactos na Saúde”, realizado no âmbito do Fórum Social Mundial de 2009, dezenas de dirigentes de organizações não governamentais, de várias instituições e militantes sociais identificaram na atual crise mundial aspectos que suplantam o âmbito estritamente econômico. O que os países e suas sociedades estão vivendo é uma crise econômica e financeira, mas também social e ambiental, produto de um projeto civilizatório baseado exclusivamente nas leis de mercado, que trouxe como resultado o aumento da exclusão, das várias desigualdades e da miséria, aproximando populações inteiras da barbárie.

No momento de agudização da evidente crise social que já existia – e que não fazia parte da pauta do sistema capitalista mundial, que até então experimentava sua fase mais expressiva de acumulação – o mesmo sistema de acumulação de capital tenta se recompor. Duas ações, entre muitas, sustentam a tentativa de estabelecer este novo ciclo de acumulação: 1^a) A expulsão de milhões de trabalhadores do mercado de trabalho; 2^a) A apropriação, pela iniciativa privada, de recursos dos Estados nacionais numa magnitude jamais verificada na história do planeta, com a justificativa de se “vencer a crise”.

A crise capitalista atual é distinta da dos anos 30, 70, 80 e outras vividas no século 20, pois traz uma repercussão inédita sobre as populações mais pobres, apontando para um aprofundamento ainda maior da crise social em futuro próximo. A crise social, que já persistia antes da crise econômico-financeira, é resultado de um modelo cujas características somam intensiva acumulação planetária de capital, agressão ao ambiente, exclusão de milhões de seres humanos do acesso ao trabalho e a bens essenciais à qualidade de vida.

A adoção deste modelo, que marcou o século 20, impõe um formato de produção – e sua relação com o trabalho - que exige uma busca permanente pela substituição de seres humanos por máquinas, além da produção em larga escala. É enorme a velocidade destas transformações, ocorridas da segunda metade do século 19 ao início do século 20. Hoje, 20% da população da Terra consomem 80% de toda a energia e da produção existentes.

As diferentes mídias, em sua maioria aliadas aos detentores do capital, impõem às sociedades a discussão sobre saídas para a crise atual sob a ótica exclusiva do capitalismo, como se não houvesse uma alternativa de sociedade a ser considerada. O estabelecimento de uma nova ética política no âmbito deste processo civilizatório que propomos impõe o debate sobre a construção de uma sociedade estrutura de forma a combater todas as formas de opressão e de mercantilização de bens essenciais como a saúde.

Neste momento, cresce a importância do papel da ciência na busca de um novo padrão tecnológico a ser adotado neste outro modelo de sociedade. Este padrão não deve permanecer centrado no consumismo de

mercadorias supérfluas, que exaurem os insumos naturais e agridem a saúde. Na sociedade que propomos, a ciência estará voltada principalmente para impulsionar o desenvolvimento social, utilizando estes novos padrões tecnológicos no interesses da sociedade e não do capital.

Esta crise, se tratada nos estreitos limites das ações até agora implementadas, aumentará as iniquidades em saúde, devido não apenas aos já prometidos cortes nos orçamentos sociais, mas também como resultado da elevação ainda maior dos já críticos índices de desemprego. Se vier a ser enfrentada com as receitas elaboradas por aqueles que são os principais responsáveis por seu surgimento, a crise atual aprofundará o já difícil acesso a bens e serviços públicos essenciais, incluindo a saúde, educação, alimentação, habitação, saneamento e proteção do ambiente.

Se os impactos destas políticas promovem uma significativa queda na qualidade de vida nos países centrais do sistema capitalista, nas populações que vivem nos países em desenvolvimento elas radicalizam a tragédia social já instalada como resultado das políticas neoliberais implementadas nas últimas décadas, a partir do que se consagrou definir como Consenso de Washington.

Neste período, o capitalismo tem se relacionado com os sistemas de saúde e seguridade social como mais um grande filão de acumulação de capital. Neste sentido, frente à crise e sendo necessária a busca de soluções estruturantes, a discussão sobre uma Reforma Sanitária não se restringe simplesmente à proposição de modelos gerenciais alternativos. Este debate, para ser resolutivo, deve incorporar ações que visem um verdadeiro deslocamento de poder.

A crise do modelo de desenvolvimento capitalista, no que diz respeito especificamente à agressão ambiental por ele patrocinada, impacta diretamente os Determinantes Sociais em Saúde (DSS). O aumento da temperatura do planeta atinge diretamente a saúde, seja através do agravamento da crise alimentar, das migrações forçadas ou inundações. No âmbito destes determinantes sociais estão inseridos, ainda, todos os aspectos da violência social.

Frente à crise atual, se impõe o fortalecimento dos sistemas universais, em particular os de Seguridade Social, capazes de evitar a reprodução das desigualdades, superando políticas distintas de cidade para cidade – logo, de pessoa para pessoa -, reproduzindo, na prática, iniquidades. Neste sentido, é urgente recuperar o conceito basilar do pensamento sanitário brasileiro, sustentado no princípio da integralidade, através de um sistema universal que articule políticas setoriais capazes de promover mais saúde.

Temos clareza de que é enorme este desafio, considerada a dificuldade de se construir políticas públicas com estados debilitados, sociedades fragmentadas e um setor privado, mesmo em crise, não apenas mais forte do que a esfera estatal, mas que patrocina, há anos, um poderoso processo de captura das instâncias de atuação do poder público, como é o caso das agências reguladoras hoje cooptadas pelos mais diversos setores regulados. Na construção de um controle social mais efetivo destas instâncias, é primordial elaborar mecanismos que assegurem a soberania dos interesses das populações no âmbito destas agências, inclusive questionando sua própria existência como mecanismo efetivo de proteção da sociedade frente aos interesses do capital. O que existe hoje é uma aparente participação social na atuação destes organismos, seja na

indicação de seus dirigentes, seja nos questionáveis mecanismos de consultas e audiências públicas. No interior da nova ordem financeira que construiremos, haverá um novo papel a ser cumprido pelos instrumentos de regulação, de forma a não submetê-los aos interesses de mercado.

Frise-se, neste debate, a importância que têm as experiências de modelos de sociedade mais redistributivos que hoje surgem na América Latina, cujas políticas sociais apoiamos, mas exigimos que não se limitem à distribuição e possam constituir-se em instrumentos de emancipação política e social dos povos e das nações. Por outro lado, devemos analisar o real papel estruturador de uma nova sociedade no âmbito destas experiências, aprendendo com seus acertos e erros, questionando o fato destas experiências recentes poderem vir a se transformar em meras alternativas funcionais ao capitalismo. Estes modelos mais recentes de exercício de poder – claramente contra-hegemônicos na política internacional – devem se voltar para a criação de estruturas universais de atenção às demandas e necessidades sociais, de forma a gerar um sentimento de pertencimento para se construir um projeto civilizatório alternativo, que reconheça todos os cidadãos e cidadãs como iguais.

Ao mesmo tempo em que esta realidade impõe às populações tarefas de uma magnitude jamais enfrentada em termos globais, ela se transforma em oportunidade valiosa para se questionar o sistema atual de acumulação capitalista concentrador da renda, excludente e construtor de inaceitáveis desigualdades tanto entre países como no interior das nações. Nosso objetivo é substituí-lo por um sistema social e ambientalmente justo, capaz de assegurar garantias de qualidade de vida e trabalho para todos os cidadãos e cidadãs. E que enfrente, inclusive, o desafio de

substituir os atuais valores sociais voltados para um exagerado consumismo por outro que valorize o que cada cidadão é e menos o que ele tem.

NOSSA AGENDA

⇒ Repoliticizar o debate na área da saúde, com o objetivo de reconstruir um amplo movimento contra-hegemônico, baseado em um conceito de democracia participativa e radical e de uma nova relação entre Estado e sociedade, que permita a construção de uma correlação de forças que tensione em favor dos interesses populares. Para isso, os movimentos e a militância social, a academia, os partidos e os governos progressistas devem se unificar em um movimento global de defesa de um novo processo civilizatório que retome o ideário de construção do socialismo como processo de radicalização da democracia. Outra ordem social, política e econômica é possível como necessária.

⇒ Reafirmar a concepção ampliada da saúde e que a luta pela saúde transcende o setor, considerando-a como resultado de uma série de políticas públicas, incluindo emprego, renda, educação, habitação, saneamento, qualidade do ambiente, acesso à terra, etc. Essa visão ampliada da saúde não é retórica, pois é sua compreensão que nos permite articular as lutas setoriais com as demais lutas populares, pois todas elas são submetidas à mesma lógica de exploração e acumulação. Politizar o discurso relativo aos Determinantes Sociais em Saúde representa compreender a determinação no interior dessa luta contra a dinâmica de acumulação que perpetua a exploração e a exclusão contrapondo-o ao discurso midiático que fortalece o processo de medicalização na saúde.

⇒ Com relação às políticas públicas é necessário avançar no sentido de controlar a área econômica e fiscal dos governos, dando um novo passo no controle social. Com relação às políticas sociais, é preciso resgatar os conceitos constitucionais que asseguram os direitos sociais e a institucionalidade da Seguridade Social, reafirmando o primado dos direitos sobre a lógica dos interesses econômicos. Garantir recursos de investimento para a área social, impedindo cortes nos recursos da saúde devido à crise. Na conjuntura atual isso significa impedir a aprovação do projeto de Reforma Tributária do governo, que elimina as contribuições sociais e ameaça a viabilidade e garantia dos direitos sociais. Precisamos articular os movimentos da sociedade civil em torno dos princípios constitucionais da seguridade social e exigir que os governantes avancem em direção aos preceitos da integralidade e intersetorialidade das políticas sociais. Para isso, é preciso recolocar no centro da pauta dos movimentos sociais a criação de sistemas universais de proteção social.

⇒ No âmbito do SUS, há de se refundar o pensamento crítico, sendo num só tempo humilde e auscultador da sociedade. As políticas do SUS, mesmo equivocadas, se transformaram em coisas inquestionáveis, e a participação da sociedade na construção do Sistema vem sendo inibida. Há ações necessárias e urgentes na saúde, entre as quais destacamos:

- Mobilizar a sociedade contra todas as formas de privatização da saúde. Combater o repasse à iniciativa privada da estrutura de serviços de saúde do SUS, como no caso das Organizações Sociais e organismos similares, e exigir recursos necessários ao cumprimento da responsabilidade estatal, como determina a Constituição Federal. A privatização deve ser combatida também onde ela se manifesta de forma

indireta, como nos danos causados por empresas com práticas nocivas à saúde, que sobrecarregam o sistema público. Da mesma forma, combater firmemente o modelo atual das agências reguladoras, fora e dentro do setor saúde, para que estas se transformem em efetivo instrumento de soberania da população. O modelo atual fragiliza o interesse público ao permitir a cooptação das agências reguladoras pelos setores regulados.

- Combater a corrupção no SUS, assegurando que todos os recursos a ele destinados sejam efetivamente injetados no sistema. Para isso, exigir uma gestão profissional, responsável e transparente em todos os níveis.

- Fortalecer os atuais conselhos de saúde, direcionando sua atuação mais para as políticas de saúde do que para a esfera de controle, assim como repensar formatos de representação de usuários, incluindo a possibilidade destes se representarem diretamente nas unidades de saúde.

- Reconhecer o SUS como um cenário de formação de recursos humanos ético e humano, e como um sistema pedagógico, que deve se contrapor ao sistema de ensino cientificista. Priorizar os profissionais da atenção primária e contextualizar o Programa Saúde da Família (PSF) de acordo à complexidade territorial e cultural. Nesse sentido, devem ser fortalecidas as ações de promoção e prevenção a agravos na saúde e promovidos programas cuja atenção especial esteja voltada para as mulheres e crianças, assim como devem ser respeitados e reconhecidos os conhecimentos de saúde de nossos antepassados.

- Utilizar a produção teórica da saúde pública e de outras áreas para redefinir o conceito de risco sanitário, relacionando-o aos processos de consumo e ampliando esta análise para além do risco epidemiológico.

- Investir em tecnologias de produção que respeitem o meio ambiente, o número de postos de trabalho e a manutenção de ambientes saudáveis. É urgente que o Brasil implemente a política brasileira de saneamento e que a sociedade se mobilize contra o processo de privatização do saneamento. Também, que se crie uma política nacional e integrada para as águas, fazendo com que o Brasil respeite as decisões do próprio comitê de bacias.

- Fazer valer o direito à saúde, abrindo e consolidando canais de diálogo permanentes entre o Judiciário e a Saúde Coletiva.

Os desafios são muitos e para enfrentá-los é necessário construir desde já uma sólida rede de atores e movimentos sociais comprometidos com a transformação social na saúde e na sociedade. Para isso, é preciso ampliar a rede e reaproximar atores. É fundamental retomar o papel crítico que a academia exerceu historicamente e que foi abandonado com a radicalização do modelo liberal, que a transformou em mera prestadora de serviços. Cabe à academia propor ações concretas, como já fez no passado recente, para transformar conhecimento em intervenção e apoiar a capacidade reivindicatória dos movimentos sociais. O Conselho Nacional de Saúde e demais conselhos são atores fundamentais na construção e implementação desta agenda, para sua expansão a profissionais, estudantes e setores de trabalhadores que não têm a saúde como prioridade em sua pauta de discussões e reivindicações. Propomos consolidar essa agenda em uma mobilização política unificada, que se

reflita nas eleições parlamentares em todos os níveis e nas demais instâncias decisórias da política nacional.

Chamamos as entidades a debater conosco essas propostas e construirmos juntos a ação política necessária para sua implementação.

